


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
 FORO DE SÃO CARLOS
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua Sorbone, 375
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **0022392-80.2003.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal**
 Requerente: **Fazenda Publica Municipal de Sao Carlos**
 Requerido: **Iraci Belasalma Jordão e Jordao e Cia Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

IRACI BELASALMA JORDÃO apresenta exceção de pré-executividade (fls. 89/124) nesta execução fiscal que lhe move a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**.

A execução refere-se à cobrança dos débitos descritos nas CDA's de fls. 03/07, referente a taxas mobiliárias não recolhidas em alguns meses dos anos de 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002.

A excipiente alega (a) nulidade da CDA, (b) prescrição e (c) ausência de processo administrativo.

A excepta manifestou-se a fls. 127, requerendo a extinção da ação pela liquidação do débito.

É O BREVE RELATO.

A exceção de pré-executividade é cabível pois suscitadas matérias de ordem pública e cognoscíveis de ofício (prescrição; nulidade da cda) e para cujo conhecimento não se faz necessária dilação probatória.

A) Nulidade da CDA

São exigências do art. 202 do CTN c/c art. 2º, §§ 5º e 6º da LEF: nome e endereço do devedor e eventuais co-responsáveis; valor originário da dívida; maneira de calcular a atualização monetária, os juros moratórios e os demais encargos; termo inicial da atualização monetária, dos juros moratórios e dos demais encargos; valor atual da dívida; origem e natureza do crédito; fundamento legal do crédito, mencionada especificamente a disposição de lei; fundamento legal da atualização monetária; data da inscrição em dívida ativa, e ainda o livro e folha de inscrição; número do eventual processo administrativo que originou o crédito.

Analisando as CDAs que instruem a execução, verifico que preenchem quase que a totalidade dos requisitos legais, só não é indicado o endereço. De qualquer maneira, ele consta da inicial de fls. 02. Consequentemente, apesar do não preenchimento de todos os requisitos formais, não se vislumbra prejuízo à defesa da executada.

Nesse sentido, o E. STJ entendeu que “a existência de vícios formais na Certidão de Dívida Ativa apenas leva a sua nulidade se causar prejuízo ao exercício do direito de ampla defesa” (AgRg no Ag 1153617/SC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/08/2009, DJe 14/09/2009).

E, em outro precedente salutar, o mesmo STJ:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CDA. ART. 2º, § 5º, DA LEF. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL. JUNTADA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. SANEAMENTO DO VÍCIO. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. A nulidade da CDA não deve ser declarada por eventuais falhas que não geram prejuízos para o executado promover a sua defesa, informado que é o sistema processual brasileiro pela regra da instrumentalidade das formas (pas des nullités sans grief), nulificando-se o processo, inclusive a execução fiscal, apenas quando há sacrifício aos fins da Justiça.

(...) 4. A pena de nulidade da inscrição e da respectiva CDA, prevista no artigo 203, do CTN, deve ser interpretada cum granu salis. Isto porque o escopo precípua da referida imposição legal é assegurar ao devedor o conhecimento da origem do débito, de forma a ser exercido o controle da legalidade do ato e o seu direito de defesa.

(...) 6. Destarte, não é qualquer omissão de requisitos formais da CDA que conduz à sua nulidade, devendo a irregularidade provocar uma efetiva dificuldade de defesa por parte do executado, máxime quando essa falha resta superada pela juntada aos autos de documentos que possibilitem o pleno exercício do direito de defesa, razão pela qual reputa-se incólume a presunção de liquidez e certeza do título executivo.

7. Recurso especial provido.

(REsp 812282/MA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/05/2007, DJ 31/05/2007, p. 363)

B) Prescrição

1. Quanto aos tributos em execução, taxas mobiliárias, o lançamento dá-se de ofício, de modo que a constituição definitiva do crédito tributário (art. 174, caput, CTN) ocorre com a notificação do sujeito passivo – entrega do carnê.

Todavia, há que se ponderar que antes do vencimento do imposto ele é inexigível, não havendo a possibilidade de se deduzir pretensão executiva (art. 580, CPC), devendo exigir-se então, para o início do lapso prescricional, o vencimento, orientação esta admitida no STJ: "constituído o crédito tributário pelo envio do carnê ao endereço do sujeito passivo e encontrando-se pendente o prazo de vencimento para o pagamento voluntário, ainda não surge para o credor a pretensão executória, sem a qual não tem início o prazo prescricional" (REsp 1399984/PE, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ªT, j. 10/09/2013).

Mas, no caso de pagamento parcelado para o tributo, qual vencimento? É razoável fixar como termo inicial o vencimento da última parcela, pois antes deste ainda há a oportunidade de o contribuinte quitar as parcelas anteriores, evitando a exigibilidade do crédito.

O TJSP possui diversos julgados fixando como termo inicial, nesses casos, o vencimento da última parcela: AI 0163023-74.2013.8.26.0000, Rel. Silvana Malandrino Mollo, 14ª Câmara de Direito Público, j. 31/10/2013; Ap. 0007147-55.2002.8.26.0116, Rel. João Alberto Pezarini, 14ª Câmara de Direito Público, j. 31/10/2013; MS


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
 FORO DE SÃO CARLOS
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua Sorbone, 375
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

0122461-57.2012.8.26.0000, Rel. Nuncio Theophilo Neto, 14ª Câmara de Direito Público, j. 09/08/2012; Ap. 0080516-16.2001.8.26.0602, Rel. Rodolfo César Milano, 14ª Câmara de Direito Público, j. 16/06/2011.

A matéria rege-se pelo art. 174, parágrafo único do CTN, não importando a disciplina da LEF, pois esta, nessa matéria, não se aplica aos créditos de natureza tributária, uma vez que a prescrição tributária é regida, segundo o art. 146, III, "b" da CF/88, pela lei complementar que estabelece normas gerais em matéria tributária, in casu o CTN (recepcionado com lei complementar); na execução fiscal, o momento interruptivo é estabelecido pelo inciso I do parágrafo único acima referido; tal inciso I, até a LC nº 118/05, previa a citação como ato interruptivo, e, após a LC nº 118/05, que entrou em vigor em 09/06/05, passou a prever o despacho do juiz que determina a citação como ato interruptivo; segundo o STJ, REsp 999901/RS, Rel. Min. Luiz Fux, 1ªS, j. 13/05/2009, a norma superveniente, de caráter processual, tem incidência nos processos em curso, desde que ainda não tenha sido prolatado o despacho do juiz que determina a citação, quer dizer, se em 09/06/05, no executivo fiscal específico, já tinha sido proferido o despacho de citação, a interrupção ocorre com a citação, se ainda não tinha sido proferido tal despacho, a interrupção ocorre com a sua prolação.

Quanto ao caso em exame, em 09/06/05 já havia sido proferido o despacho de citação, logo a interrupção ocorreu com a citação em 16/12/2003, antes de decorrido o prazo de 05 anos.

2. Inexistência Prescrição Intercorrente no que tange ao Redirecionamento da Execução contra o Sócio.

Dúvida não há que, nos termos da jurisprudência atual do STJ, "*o redirecionamento da execução contra o sócio deve dar-se no prazo de cinco anos da citação da pessoa jurídica, sendo inaplicável o disposto no artigo 40, da Lei n.º 6.830/80 que, além de referir-se ao devedor, e não ao responsável tributário, deve harmonizar-se com as hipóteses previstas no artigo 174, do CTN, de modo a não tornar imprescritível a dívida fiscal*" (REsp 1019540/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/11/2008, DJe 01/12/2008).

No mesmo sentido: REsp 205.887, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 01.08.2005; REsp 736.030, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 20.06.2005; AgRg no REsp 445.658, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 16.05.2005; e AgRg no Ag 541.255, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ 11.04.2005.

Ocorre que, na hipótese em exame, não houve o decurso do prazo quinquenal considerados os momentos acima indicados, pois a citação da pessoa jurídica ocorreu em 16/12/2003, e a da excipiente em 08/09/2008 (fls. 55), menos de 05 anos depois.

Não ocorreu a prescrição.

C) AUSÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO:

A CDA se constitui em título executivo extrajudicial e por isso mesmo o exequente não precisa instruir a execução com cópia do processo administrativo que culminou com a apuração do fato e liquidação do débito, que embasaram a CDA. A CDA goza de presunção de certeza e liquidez. Não há qualquer necessidade de o processo administrativo instruir o pedido executório, bem como não se trata de documento necessário para o julgamento da exceção oposta, pois o embargante não apresentou


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

qualquer alegação que dependa da análise do referido processo administrativo (impugnou apenas requisitos *formais* da CDA e a ausência da *juntada* do processo administrativo). Observe-se, ao final, que o artigo 41 da Lei de Execução Fiscal prevê que a própria parte pode requerer, perante a repartição competente, a extração de cópias do processo administrativo. Não há necessidade de intervenção do Judiciário neste ponto.

Afasta-se tal argumento.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **rejeito integralmente** a exceção de pré-executividade.

No mais, considerando a notícia de liquidação do débito (fls. 127), JULGO EXTINTO este feito nos termos do art. 794, I do CPC.

Custas pela executada.

Oportunamente arquivem-se.

PRIC.

São Carlos, 01 de outubro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA